

Alex prevê avanço para o País com aval à reforma tributária

Para deputado do Cidadania, proposta desburocratiza e será impulso ao investimento; toda bancada do Grande ABC foi a favor do projeto

RAPHAEL ROCHA

raphaelrocha@dgabc.com.br

A bancada federal do Grande ABC votou de forma unânime a favor da Reforma Tributária – o projeto foi aprovado com folga na Câmara Federal e agora segue para o Senado. Para o deputado federal Alex Manente (Cidadania), de São Bernardo, a proposta traz inúmeros benefícios de avanço econômico para o País.

“O que fizemos foi tirar do papel o que há muito tempo se discutia e nunca se chegou ao entendimento porque um setor ou outro supunha perder algo, o que não é real. O projeto, que surgiu do Parlamento, não é reforma do partido A ou B. Ele foi pensado e desenhado pelas mais diversas linhas ideológicas, com o único objetivo de reestruturar o modelo de cobrança de tributos no Brasil”, ponderou o parlamentar.

A respeito dos benefícios para o Grande ABC, sua base eleitoral, Alex apontou uma série de fatores. “O pilar da reforma



ALEX. Parlamentar diz que reforma não é projeto de partido A ou B

foi votado, que é a unificação de impostos. Ela desburocratiza, simplifica, isenta Simples (Nacional) e MEIs (Microempreendedores Individuais). É um incentivo que a economia vai receber, porque traz um reordenamento para que consumo também seja um pilar es-

trutural, não apenas a produção. A região ganha”, analisou. “A empresa vai poder investir mais.”

Marcelo Lima (PSB), Vicentinho (PT) e Fernando Marangoni (União Brasil) também votaram a favor da proposta. “Essa reforma provoca uma no-

va forma de tributação no Brasil e nos cria perspectiva de gerar empregos”, disse Marcelo. “A simplificação dos tributos vai criar condições para o País crescer, melhorar a economia, proporcionar mais empregos e dignidade para muitos brasileiros”, declarou Marangoni. E Vicentinho elogiou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. “É o Brasil no rumo certo”.

PONTOS

Entre os itens da proposta aprovada estão atendimento de pleitos estaduais, demandas de setores como agronegócio e ampliou a lista de setores que terão regime diferenciado.

A reforma tributária cria o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá o ICMS estadual e o ISS municipal, e a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), que ficará no lugar de tributos federais, como o PIS e a Cofins.

A proposta também cria um Imposto Seletivo que compensará o fim do IPI e servirá para desestimular o uso de produtos que fazem mal à saúde e ao meio ambiente. O princípio da reforma é deslocar a cobrança do imposto da origem (onde a mercadoria é produzida) para o destino (onde é consumida).

Em atendimento ao pleito dos municípios, o relatório prorroga até 2032 a desvinculação de 30% das receitas municipais e amplia as possibilidades de aplicação de receita da Cosip, contribuição destinada exclusivamente ao custeio do serviço de iluminação pública.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política Pagina: 4